

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI**

RUA CORNÉLIO MAGALHÃES, 97

CNPJ: 18.008.862/0001-26

Telefone: (35) 3343-3741

BAEPENDI - MG

**Nota Empenho****Ordinário**

Número da NE	Cód. Conta	Data Empenho	Página
<b>002008</b>	<b>000444</b>	<b>01/07/2021</b>	<b>1/1</b>

Entidade: 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI	Programa: 005 - SAÚDE BAEPENDI - NOVOS TEMPOS, NOVAS
Unidade: 07 - FUNDO DE SAÚDE	Categoria: 3 - DESPESAS CORRENTES
Sub-Unidade: 03 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	Natureza Despesa: 3.3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
Função: 10 - SAÚDE	Modalidade: 3.3.90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Sub-Função: 305 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	Elemento: 3.3.90.36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA
Proj. / Atv: <b>2.0200 - ENFRENTAMENTO EMERG. DE SAUDE NACIONAL - COVID 19</b>	
SubElemento: 3.3.90.36.099 - OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	

Fonte dos Recursos: **00.02.54 - OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO SUS**

Fornecedor: <b>Luan Pereira de Carvalho - 11848</b>	Banco/Agência/Conta: C.E.Federal - 098/013 - - 17094 - 8
Endereço: RUA ISAAC FERREIRA, 35 - CENTRO	
Cidade/UF: BAEPENDI - MINAS GERAIS	CPF/CNPJ: 136.195.816-22 Tel: (35) 98707-3595 Fax:

Processo N°: 183 / 2021	Forma Licitação: 3 – Dispensa ou Inexigibilidade
Modalidade: DISPENSA	

Valor Total do Empenho: **R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)**

Especificação	Retenções
VALOR QUE SE EMPENHA REFERENTE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXÍLIO DA FISCALIZAÇÃO PRA CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES SANTIÁRIAS, DURANTE AS ATIVIDADES DE CONTENÇÃO DA TRANSMISSÃO DO COVID-19, PARA ATENUAÇÃO DE CASOS FACE A PANDEMIA	Total Outras Retenções 0,00 <b>Valor Líquido a Pagar 2.100,00</b>

Quantitativo				
Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Total
1,0000	MES	SERVIÇO DE AUXÍLIO DA FISCALIZAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES	2.100,0000	2.100,00
<b>Total</b>				<b>2.100,00</b>

Demonstração da Dotação Orçamentária		
Saldo Anterior da Dotação: 53.051,84	Despesa Empenhada: 2.100,00	Saldo Disponível: 50.951,84

Declaração de Empenho	
O valor desta despesa foi empenhado na respectiva dotação em: 01/07/2021	
_____ LIANA BARBOSA SEIXAS SOUZA TÉCNICO DE CONTABILIDADE CPF: 050.005.946-22 / CRC 104685/O-2	_____ TOME PEREIRA PEIXOTO GESTOR DE SAÚDE CPF: 058.470.596-47

Liquidação	
A Liquidação da Despesa foi processada nesta data: ____/____/____	
_____ HELEN FERREIRA GODTFREDSSEN COORD. SAUDE CPF: 052.847.476-66	

Autorização de Pagamento	
Face a liquidação, autorizo o pagamento desta importância ao favorecido.	
Data: ____/____/____ Vencimento: ____/____/____ Autorizado por:	_____ TOME PEREIRA PEIXOTO GESTOR DE SAÚDE CPF: 058.470.596-47

Recibo	
Recebi(emos) da PREFEITURA MUNICIPAL DE BAEPENDI, a importância supra correspondente à presente Nota de Empenho e Ordem de Pagamento, do que lhe dou quitação.	
BAEPENDI em: ____/____/____	Assinatura: _____
Nome: _____	Identidade: _____

Tesouraria		
Pago pelo Doc. n°: _____	Valor: _____	Banco/Cta.: _____
Pago pelo Doc. n°: _____	Valor: _____	Banco/Cta.: _____
Pago pelo Doc. n°: _____	Valor: _____	Banco/Cta.: _____
_____ RICARDO JESUS DA FONSECA TESOUREIRO CPF: 024.164.526-30		
Documento n°: _____		

## **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Baependi, consoante com a autorização do Prefeito Municipal, Douglas Staduto Souza, vem abrir o presente processo administrativo de Dispensa de Licitação, para **CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE PRESTADORES DE SERVIÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXÍLIO DA FISCALIZAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES SANITÁRIAS, DURANTE AS ATIVIDADES DE CONTENÇÃO DA TRANSMISSÃO DO COVID-19, PARA ATENUAÇÃO DE CASOS FACE A PANDEMIA.**

### **1. OBJETO**

**CONTRATAÇÃO EM CARÁTER EMERGENCIAL DE PRESTADORES DE SERVIÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AUXÍLIO DA FISCALIZAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES SANITÁRIAS, DURANTE AS ATIVIDADES DE CONTENÇÃO DA TRANSMISSÃO DO COVID-19, PARA ATENUAÇÃO DE CASOS FACE A PANDEMIA.**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente dispensa de licitação tem como fundamento o art. 24, inciso IV e art. 26 Caput e inciso II do § único, da Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores e conjuntamente com a seção XXIV, art. 4º da Lei 13.979/2021, e seus itens previstos no edital em pauta

### **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**Conforme disposto no art. 24, inciso IV, IN VERBIS:**

**“Art. 24. É dispensável a licitação:**

(...)

**IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”**

A presente contratação faz-se necessária devida a necessidade de se tomar atitudes que sejam cruciais à contenção da evolução dos casos de transmissão da COVID-19, segundo as instruções da Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde, Secretaria Estadual de Saúde.

A pandemia de COVID-19 desencadeou mundo afora diversos protocolos de segurança para impedir que a contaminação atinja números elevados de contaminados, o que pode sobrecarregar os sistemas de saúde, público e privados. Diante tal fato, medidas têm sido tomadas pelas esferas citadas acima, de modo a conduzir a situação ao caminho do menor número de infectados possível.

Processo: 0183/2021

Modalidade: Dispensa

Nº Modalidade: 0077/2021

Como atitudes precisam ser tomadas em caráter de extrema urgência, foi decretado pelo Governo Federal e ratificado pelo Congresso Nacional na data de 20 de março de 2021 o estado de calamidade pública em todo o território nacional. No município de Baependi, o Decreto Administrativo 02/2021 mantém decretada a situação de calamidade pública.

Assim, a aquisição de certos produtos, bem como a contratação de certos serviços, deve ser realizada o mais brevemente possível, vez que o atraso ou mora pode gerar efeitos nocivos à população. Assim, os esforços na prevenção da disseminação da doença encontram respaldo no fato que postergar ações podem causar danos irreversíveis à vida de munícipes.

O entendimento doutrinário é vasto sobre o tema. Temos a lição de Marçal Justen Filho sobre o tema: “No caso específico das contratações diretas, emergência significa necessidade de atendimento a certos interesses. Demora em realizar a prestação produziria risco de sacrifício de valores tutelados pelo ordenamento jurídico. Como a licitação pressupõe certa demora para seu trâmite, submeter a contratação ao processo licitatório propiciaria a concretização do sacrifício a esses valores. (JUSTEN FILHO, 2002:239).”

Também há de se salientar que não houve falta de planejamento por parte da Administração, vez que era impossível prever a pandemia, o comportamento do vírus em si, a potencialidade de disseminação e quais seriam os produtos ou os serviços necessários para a correta atuação na contenção do mesmo. Há entendimento do egrégio Tribunal de Contas da União (TCU), que versa sobre a regularidade da contratação com fulcro no inciso IV do art. 24, quando não há falta de planejamento da Administração, a saber: “[...] para a regularidade da contratação por emergência é necessário que o fato não decorra da falta de planejamento, deve existir urgência concreta e efetiva de atendimento, exista risco concreto e provável e a contratação seja o meio adequado de afastar o risco. [TCU. Processo nº 014.243/93-8. Decisão nº 374/1994 – Plenário]. (FERNANDES, 2005:417).”

Assim, por não decorrer de falta de planejamento, e pelo fato de que o não atendimento causaria prejuízo aos munícipes, entende-se necessidade da realização do processo de dispensa de licitação, em caráter de urgência, para a contratação descrita no objeto do presente Processo Licitatório, durante as atividades de contenção da transmissão do COVID-19, para atenuação de casos face a pandemia.

#### **4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas geradas por esta dispensa e licitação, correrão por conta dos recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias:

444 3.3.90.36.00.2.07.03.10.305.0005.2.0200 00.02.54 ENFRENTAMENTO EMERG. DE SAUDE NACIONAL - COVID 19

#### **5. DO PREÇO**

O valor da presente contratação será conforme descrito no termo de referencia abaixo: valor dentro dos preços de mercado.

##### **TERMO DE REFERÊNCIA:**

**Contratação face a necessidade de se manter o número de pessoas atuando na fiscalização de conduta dos estabelecimentos comerciais, nos postos de saúde e barreiras sanitárias organizadas para o combate e prevenção da contaminação do COVID-19. A presente contratação faz-se necessária devido ao drástico aumento de casos confirmados da doença, para atuação no intuito de manter os novos casos**

dentro de um patamar que seja suportável pelo serviço municipal de saúde e pelo Hospital Cônego Monte Raso.

**SOLUÇÃO APRESENTADA:** Devido a pandemia, forma editados Decretos Municipais que determinam uma série de atividades que devem ser tomadas por munícipes para auxílio na prevenção do contágio e disseminação do COVID-19. Nesse cenário, são necessárias atividades por parte do poder público, que dispõe de mão-de-obra limitada. Nesse cenário, apesar de que vários servidores dispuseram-se a realizar serviços em carga horária extraordinária e até mesmo em período noturno, tem sido observado que a mão-de-obra atual não é suficiente para atender a todas as demandas do comércio local, do Ministério Público, do Gabinete de Crise e dos munícipes em geral. Diante tal situação, faz-se necessária a contratação de profissionais autônomos que possam atuar como equipe de apoio a servidores públicos municipais: pessoas que possam atuar como auxiliares na fiscalização do cumprimento dos decretos de combate ao COVID-19, sempre mediante autorização administrativa, que possam visitar comércios, locais públicos e privados, inclusive na zona rural, para elucidar questões referentes ao cumprimento dos Decretos e que possam ser incluídos nas escalas junto com servidores públicos.

A contratação poderá ser realizada através de pessoa física ou jurídica, sempre dando preferência para a contratação de menor valor.

Os serviços a serem realizados serão:

- Atuação em logradouros públicos, no sentido de promover, mediante autorização do Prefeito Municipal, o fechamento de praças e jardins
- Reforço tático aos fiscais municipais durante visitas em comércios municipais.
- Atuação para cumprimento do disposto nos Decreto Municipais de combate ao COVID-19.
- Atuação na realização de comunicação de informação à população, reforçando a necessidade da manutenção do distanciamento social, medidas de prevenção e combate ao COVID-19
- Atuar na fiscalização de atividades em logradouros públicos no sentido de evitar que sejam formadas aglomerações que possam atuar como foco disseminador da doença;
- Dar apoio a campanhas de saúde pública realizadas pelo Departamento Municipal de Saúde realizadas para o combate e prevenção da pandemia, em especial apoio logístico no sentido de auxiliar na organização de campanhas de vacinação.

O prestador de serviço atuará conforme disposto pelo chefe do Departamento Municipal de Saúde, responsável pela coordenação dos atos de saúde e/ou pelo chefe do Departamento Tributário, responsável pela coordenação dos atos de fiscalização. A jornada diária será de doze horas. No preço deverão estar inclusos encargos, alimentação, demais equipamentos necessários para a realização do serviço

**REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO:** habilitação jurídica (art. 28 da Lei 8.666/93), regularidade fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93).

**CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:** até o quinto dia útil após a prestação de serviços por trinta dias, mediante expedição de recibo.

Processo: 0183/2021

Modalidade: Dispensa

Nº Modalidade: 0077/2021

**FORMA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS: pesquisa realizada com potenciais fornecedores  
(alínea “e” do inciso VI do §1º do art.4º E da Lei 13.979)**

**VALOR**

Nº Item	Cód.	Descrição	Unid.	Qtd.	Vlr. Unit.	Vlr. Tot.
0001	1644	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - SERVIÇO DE AUXÍLIO DA FISCALIZAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES SANITÁRIAS, DURANTE AS ATIVIDADES DE CONTENÇÃO DA TRANSMISSÃO DO COVID-19. Prestador 01 Os serviços a serem realizados serão conforme termo de referência anexo	MES	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
<b>Total Geral ==&gt;</b>						R\$ 2.100,00

**Os prestadores foram contratados pelo menor preço orçado pela Administração.**

**No preço estão incluídas todas as despesas para a realização do serviço, bem como estão previstas eventuais impostos incidentes sobre o valor de remuneração.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.100,00**

**6. DO PAGAMENTO**

O pagamento das despesas realizadas no presente processo de dispensa ocorrerá em até 5 dias após 30( trinta dias de serviço).

**7. DA DOCUMENTAÇÃO**

Para amparar a presente contratação, os contratados apresentaram os documentos exigidos no art. 27 da Lei 8.666/93, com as exceções previstas e permitidas pelo art. 4º-F da Lei 13.979/2021.

**8. DA CONCLUSÃO**

De todo o exposto, justifica-se o procedimento por Dispensa de Licitação e viabiliza a contratação direta para realização de tal despesa.

Baependi, 01de julho de 2021.

Jordano Rocha Maciel  
Presidente

Vinícius Reis Lima  
Membro

Diego José de Souza Moreira  
membro